



Nota sobre a Privatização no Brasil para informar missão de parlamentares sulafricanos

EDUARDO FERNANDEZ SILVA

Consultor Legislativo da Área IX

Política e Planejamento Econômicos, Desenvolvimento

Econômico, Economia Internacional

AGOSTO/2005

NOTA TÉCNICA

© 2005 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados o autor e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu autor, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



Câmara dos Deputados
Praça 3 Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF

Nota sobre a Privatização no Brasil para informar missão de parlamentares sulafricanos

A receita total gerada pelo processo de privatização atingiu US\$ 105 bilhões, inclusive as dívidas transferidas à iniciativa privada. Os anos de 1997 e 1998 foram os mais expressivos. Neles, a arrecadação somou US\$ 64 bilhões.

Os setores de telecomunicações e de energia elétrica responderam, cada um, por 31% da arrecadação total. Em seguida vieram mineração e siderurgia – 8% cada - e petróleo e gás, com 7%.

A primeira fase do processo de privatização incluiu siderúrgicas, petroquímicas e fertilizantes. Entre 1990 e 1994, foram vendidas 33 empresas. Neste processo, foram utilizadas diversas “moedas de privatização”, constituídas por títulos desvalorizados da dívida pública, recebidos ao par. Nesta primeira etapa, foi pequena a participação do capital estrangeiro. Empresas e instituições financeiras nacionais foram os principais adquirentes.

Na segunda fase, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, o objetivo básico era a melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira, por meio do aumento dos investimentos a serem realizados pelos novos controladores. A participação do capital estrangeiro atingiu 53% do total arrecadado. Nesta fase, do total de recursos arrecadados – US\$ 78,6 bilhões – 80% estiveram associados ao setor de infraestrutura.

Na área de petróleo, foram vendidas ações da Petrobrás em duas operações. Na primeira, as ações foram destinadas à população brasileira, com a possibilidade de uso do FGTS. Na segunda, lotes de ações foram vendidos, principalmente no exterior. No total, o que se vendeu foram ações que não integravam o bloco de controle, permanecendo a União com a maioria das ações da empresa.

Em 1999 foi vendida a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, uma das maiores mineradoras do mundo. A receita total de venda foi de US\$ 5,1 bilhões.

A partir de 1997, a privatização de instituições financeiras passou a ser responsabilidade do Banco Central. Daquela data até 2001, as instituições federais privatizadas geraram recursos no valor de US\$ 4,2 bilhões. As instituições estaduais geraram outros US\$ 2,1 bilhões.

Na área de transporte ferroviário a companhia federal, denominada Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, foi desmembrada em 7 malhas regionais, cada qual

privatizada separadamente. Um total de 21.554 km foi privatizado por US\$ 1,69 bilhões. Na realidade, o que se privatizou foi a operação, já que a propriedade dos trilhos permaneceu com o Governo Federal. Embora as empresas privatizadas tivessem assumido compromissos de desempenho no tocante à produção quilométrica de carga transportada, os objetivos não foram cumpridos. Mais recentemente, o Governo efetuou aporte de recursos para evitar a falência de uma das operadoras.

Da mesma forma, na área de portos, o que se privatizou foi a operação, assim como alguns equipamentos portuários. A propriedade dos portos permaneceu com o Governo Federal, que no entanto arrendou o uso das suas áreas por períodos de 25 a 35 anos, renováveis.

Na área de saneamento, a única empresa privatizada foi a operação em Manaus, adquirida pela francesa Lyonnaise des Eaux. Há, no setor, grande debate sobre a responsabilidade e a competência, estabelecida pela Constituição Federal como sendo do município.

Data de 1997 a Lei de Telecomunicações, que reestruturou o setor e deu origem ao processo de privatização. Inicialmente, foram licitadas as concessões de telefonia móvel celular, a banda B. Em 2001 foram licitadas as concessões para as bandas D e E. No total, estas licitações geraram recursos de US\$ 9,4 bilhões. Em 1998, as empresas criadas a partir do sistema Telebrás foram transferidas à iniciativa privada, sendo três empresas de telefonia fixa - com as quais arrecadou-se recursos no total de US\$ 11,97 bilhões -, oito de telefonia celular – banda A, com receita de US\$ 6,97 bilhões, e a Embratel, operadora de longa distância. Houve, ainda, licitação para exploração de quatro áreas de operação de telefonia fixa, as chamadas empresas espelho, que deveriam fazer concorrência às incumbentes. A arrecadação foi de US\$ 128,4 milhões.

Estas, as principais características e valores do processo de privatização ocorrido no Brasil no período entre 1990 e 2004, envolvendo três governos: Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Após 2003, com o novo Governo, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o processo de privatização foi, basicamente, interrompido, muito embora persistam as afirmações, da parte do Governo, de que o mesmo deverá ser retomado.